

Carta ao Editor Referente ao Artigo “Que Competências Devem ser Adquiridas na Educação Pré-Escolar?”

Letter to the Editor Concerning the Article “What Skills Should be Acquired in Pre-School Education?”

Palavras-chave: Desenvolvimento da Criança; Leitura; Pré-Escolar/educação

Keywords: Child Development; Child, Preschool/education; Reading

Caro Editor,

O artigo “Que Competências Devem ser Adquiridas na Educação Pré-Escolar?”, de Branca Cunha *et al.*¹, publicado em fevereiro de 2025 na Acta Médica Portuguesa, aborda de forma pertinente a importância da prontidão escolar e da deteção precoce de dificuldades no desenvolvimento infantil. No entanto, gostaria de aprofundar algumas dimensões complementares que julgo essenciais.

É crucial considerar o impacto das desigualdades socioeconómicas no desenvolvimento infantil. Dados do estudo Geração XXI demonstram que crianças em contextos desfavorecidos apresentam maior risco de atrasos no desenvolvimento cognitivo e linguístico, afetando a sua preparação escolar.² Assim, políticas educativas eficazes devem integrar estratégias que mitiguem essas desigualdades desde a educação pré-escolar.

Quanto à avaliação do desenvolvimento, além da Escala Mary Sheridan, o uso de instrumentos validados para o contexto nacional como o ASQ-PT (*Ages and Stages Questionnaires* – versão portuguesa) tem mostrado elevada sensibilidade e especificidade ($\geq 85\%$ e $\geq 90\%$, respetivamente), com base nos dados da validação portuguesa.³

REFERÊNCIAS

1. Cunha MB, Queirós J, Vaz Matos I, Gonzaga D, Carvalho Vaz A, Prior C, Soares S. What Skills Should Be Acquired in Pre-School Education?. *Acta Med Port.* 2025;38:71-4.
2. Fernandes M, Mendes A, Teixeira A. Desigualdades socioeconómicas no desenvolvimento infantil em Portugal: uma análise com dados do estudo Geração XXI. *Saúde Soc.* 2019;28:87-99.
3. Pinto AI, Santos MM, Emond A. Avaliação do desenvolvimento das crianças portuguesas aos 6 anos de idade: adaptação e validação do ages and stages questionnaires (ASQ). *Rev Saude Publica.* 2018;52:14.

No entanto, a implementação ampla do ASQ-PT enfrenta barreiras, como a necessidade de formação específica e de articulação interinstitucional,⁴ que devem ser consideradas no desenho de políticas públicas.

Neste sentido, a colaboração entre os setores da saúde e da educação deve ser operacionalizada de forma concreta. Programas como o “A PAR – Aprender em Parceria”,⁵ implementado em Lisboa com famílias em contextos vulneráveis, demonstraram resultados positivos no desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças, bem como na capacitação parental. Contudo, estudos apontam a ausência de protocolos nacionais e lacunas na formação dos docentes como obstáculos persistentes.⁶

Assim, propõe-se a criação de mecanismos formais de articulação intersetorial, com protocolos comuns, formação partilhada e metas conjuntas, visando garantir uma resposta integrada e equitativa às necessidades das crianças.

A participação ativa das famílias e o acompanhamento holístico e contínuo do desenvolvimento são, igualmente, pilares fundamentais para o sucesso destas estratégias.

CONFLITOS DE INTERESSE

A autora declara não ter conflitos de interesse relacionados com o presente trabalho.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Este trabalho não recebeu qualquer tipo de suporte financeiro de nenhuma entidade no domínio público ou privado.

4. Laranjeira R, Serrano F. Challenges on implementing a screening system with ages and stages questionnaires (ASQ-PT) in Portugal. *Child Studies.* 2023;2:19-36.
5. Associação Aprender em Parceria. Programa A PAR – avaliação e resultados. Lisboa: A PAR; 2010.
6. Guerra A, Duarte V, Lima ML. Colaboração entre profissionais de saúde e educação na promoção do desenvolvimento infantil: percepções e práticas em Portugal. *Rev Port Saude Publica.* 2021;39:95-102.

Caroline MAÇAIRA DE LEMOS 

1. Investigadora independente. Porto. Portugal.

 Autor correspondente: Caroline Maçaira de Lemos. carol.macairalemos@gmail.com

Recebido/Received: 05/03/2025 - Aceite/Accepted: 14/08/2025 - Publicado/Published: 01/10/2025

Copyright © Ordem dos Médicos 2025

<https://doi.org/10.20344/amp.23083>

